CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **013.04/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 04/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013.04/2026 QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO-PI, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA EUGRES ALVES DE MOURA – EPP.

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio, Estado do Piauí, com Sede Administrativa na Av. Mundim Ferreira, s/n, bairro Piçarra CEP: 64.308-000, Lagoa do Sítio-PI, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.588/0001-05, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Sávio de Moura e Silva, inscrito no CPF sob n° 058.506.113-04, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa EUGRES ALVES DE MOURA-EPP (COMERCIAL GALEGO), com sede na cidade de Dom Expedito Lopes, Estado do Piauí, estabelecida na Av. Jose Honório de Sousa, nº 10A, bairro Centro, CEP: 64.620-000, inscrita no CNPJ sob nº 18.494.962/0001-00, aqui representada por Eugres Alves de Moura, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 018.179.403-92, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 04/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 02/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição futura e parcelada de material de expediente, nas quantidades necessárias ao suprimento da Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio-PI, Secretarias Municipais e demais Órgãos da Administração, em suas atividades diárias, para o exercício financeiro 2026, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

GRUPO I: MATERIAL DE EXPEDIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	ALFINETE COLORIDO, 5 MM, CABEÇA EM PLASTICO E PONTA EM METAL P/ QUADRO MURIL, CX CONTENDO 50 UND.	CAIXA	60	LULI	R$ 6,18	R$ 370,80

2	APONTADOR COM DEPÓSITO – APONTADOR COM DEPOSITO DE 6CM; FORMATO RETANGULAR; ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX; CORES VARIADAS; UNIDADE	UNIDADE	400	MOLIN	R$ 1,97	R$ 788,00
3	ALMOFADA P/ CARIMBO Nº 03, EM TECIDO DE LONGA DURAÇÃO, ENTINTAMENTO PERMANENTE NA COR AZUL COM BASE MED. 9 X 12 CM	UNIDADE	50	RADEX	R$ 6,31	R$ 315,50
4	ALMOFADA P/ CARIMBO Nº 4, COR AZUL, CAIXA DE PLÁSTICO, MATERIAL ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO, TIPO ENTINTADA, DIMENSOES MINIMAS: 17CM X 10CM	UNIDADE	50	RADEX	R$ 7,15	R$ 357,50
5	BLOCO AUTO ADESIVO DE RASCUNHO AMARELO: BLOCO DE PAPEL, PARA RASCUNHO AUTOADESIVO, DIMENSÕES APROXIMADAS 76 X 102 MM	UNIDADE	160	3M	R$ 6,14	R$ 982,40
6	BORRACHA BRANCA Nº 40 TIPO RECORD (CAIXA COM 40 UNIDADES) DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 3,3X2,3X0,08CM. COM CÓDIGO DE BARRAS, NACIONALIDADE, MARCA E MODELO ESTAMPADO NA PEÇA. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO NO INMETRO, OCP 0006 E ABNT/NBR 15236 (SEGURANÇA DO ARTIGO ESCOLAR).	CAIXA	40	MERCUR	R$ 30,27	R$ 1.210,80
7	CAIXA PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO – PAPELÃO DE 350G/M E ESPESSURA DE 3MM MEDIDAS: 250X355X135MM UNIDADE	UNIDADE	150	TRIS	R$ 5,38	R$ 807,00
8	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO – MATERIAL PLÁSTICO POLIONDA, ESPESSURA 2MM, DIMENSÃO 140 X 250 X 370MM, LISA/SEM IMPRESSÃO	UNIDADE	150	DELLO	R$ 9,37	R$ 1.405,50
9	CALCULADORA 8 DÍGITOS C/ MEMORIA MEDIDA 120MMX76MM	UNIDADE	25	BRW	R$ 13,72	R$ 343,00
10	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS – CALCULADORA DE MESA COM 12 DÍGITOS; FUNCIONAMENTO COM ENERGIA SOLAR E BATERIA; DISPLAY GRANDE, VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, FUNÇÕES: PORCENTAGEM, MEMÓRIA, INVERSÃO DE SINAL, GT, CORREÇÃO TOTAL E PARCIAL,	UNIDADE	30	BRW	R$ 18,03	R$ 540,90

	DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO OU TECLA OFF. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO E COMPONENTES ELETRÔNICOS					
11	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, VERMELHA OU PRETA - CX C/ 50 UNIDADES, FORMATO TRIANGULAR ERGONÔMICO, ESCRITA COM PONTA MÉDIA DE 1.0MM E MACIA, DEVE CONTER O CÓDIGO DE BARRAS E MARCA ESTAMPADO EM CADA UNIDADE. VALIDADE DO PRODUTO INDETERMINADO	CAIXA	130	BIC	R$ 42,22	R$ 5.488,60
12	CLIPES Nº 4/0, CLIPES PARA PAPEL, CAIXA C/50 CLIPES. DIMENSÕES: ARAME - 1,25MM, LARGURA - 13 MM, ALTURA - 40 MM. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO	CAIXA	100	ACC	R$ 5,26	R$ 526,00
13	CLIPES Nº 8/0 CLIPES PARA PAPEL, CAIXA C/50 CLIPES. DIMENSÕES: ARAME - 1,70MM, LARGURA - 23 MM, ALTURA - 57 MM. MATERIAL: AÇO GALVANIZADO	CAIXA	100	ACC	R$ 6,17	R$ 617,00
14	CLIPES P/ PAPEL EM AÇO NIQUELADO Nº 2/0 C/100	CAIXA	100	ACC	R$ 3,71	R$ 371,00
15	CLIPES P/ PAPEL EM AÇO NIQUELADO Nº 6/0 C/100	CAIXA	120	ACC	R$ 5,68	R$ 681,60
16	CORRETIVO LÍQUIDO EM FRASCO, NA COR BRANCA, DE 18 ML, FÓRMULA À BASE DE ÁGUA: SEM ODOR, ATÓXICO, COM SECAGEM RÁPIDA, COM CERDAS DE BOA QUALIDADE, DE EXCELENTE COBERTURA. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM LACRADA, SEM DEFORMIDADES OU DEFEITOS QUE COMPROMETAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM SELO INMETRO	UNIDADE	130	BIC	R$ 2,61	R$ 339,30
17	ELASTICO DE BORRACHA LATEX - AMARELO, Nº 18 PCT C/ 500 GRS	PACOTE	100	MERCUR	R$ 27,94	R$ 2.794,00
18	FITA GOMADA – FITA ADESIVA DE PAPEL 3557 (50MMX50M)	UNIDADE	160	ADELBRAS	R$ 16,00	R$ 2.560,00
19	GRAMPEADOR 20CM, CORPO METÁLICO PRETO. GRAMPEIA ATÉ 50 FOLHAS, BASE EMBORRACHADA	UNIDADE	20	KAZ	R$ 28,39	R$ 567,80
20	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATÉ DE 25 FLS, 26/6, 23/6, METALICO, PEQUENO	UNIDADE	25	KAZ	R$ 30,70	R$ 767,50

21	GRAMPEADOR PROFISSIONAL, ESTRUTURA METÁLICA, APOIO EMBORRACHADO, CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, AJUSTE DE PROFUNDIDADE, CAPACIDADE DE 90 FOLHAS, ALCANCE 80MM. GRAMPOS 24/8, 24/10, 23/8, 23/10, 23/13	UNIDADE	15	KAZ	R$ 44,18	R$ 662,70
22	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO, FABRICADO COM ARAME DE AÇO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	80	ACC	R$ 9,79	R$ 783,20
23	GRAMPO COBREADO, 23/6, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA	60	ACC	R$ 5,22	R$ 313,20
24	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10, CAIXA COM 5000 GRAMPOS - GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10, CAIXA COM 5000 GRAMPOS	CAIXA	100	ACC	R$ 16,25	R$ 1.625,00
25	CANETA MARCA TEXTO COR AMARELO CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FLUORESCENTE, COR AMARELO, ROSA E VERDE CX C/12	CAIXA	24	MASTER PRINT	R$ 19,55	R$ 469,20
26	LIVRO ATAS - 100 FOLHAS ENUMERADAS, COM MARGENS, FORMATO MÍNIMO DE 202MMX300MM, CAPA DURA NA COR PRETA, IDEAL PARA AUXILIAR A ORGANIZAÇÃO EM COMÉRCIOS, EMPRESAS E ESCRITÓRIOS. DEVE SER ENTREGUE EM EMBALAGEM LACRADA, SEM DEFORMIDADES OU DEFEITOS QUE COMPROMETAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO, COM CERTIFICADO FSC	UNIDADE	60	TILIBRA	R$ 14,75	R$ 885,00
27	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA - ESPECIFICAÇÃO: TAMANHO: APROXIMADAMENTE 153 MM X 216 MM; QUANTIDADE: 104 FOLHAS; E TIPO: CAPA DURA REVESTIDO EM PAPEL OFFSET PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS PAPEL OFFSET 50 G	UNIDADE	50	TILIBRA	R$ 15,36	R$ 768,00
28	PAPEL A4 BRANCO, MATERIAL PAPEL ALCALINO, COMPRIMENTO 297 MM, LARGURA 210 MM, GRAMATURA 75G/M², EMBALADOS EM RESMA COM 500 FOLHAS ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM 10 RESMAS. APLICAÇÃO IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA	CAIXA	600	REPORT	R$ 231,57	R$ 138.942,00

29	PASTA AZ LOMBO LARGO, TIPO FICHÁRIO, FERRAGEM NIQUELADA, PRENDEDOR PLÁSTICO, FORRAÇÃO EM PAPEL MONOLÚCIDO, LOMBADA E PLASTIFICADA COM PORTA ETIQUETA	UNIDADE	300	FRAMA	R$ 10,57	R$ 3.171,00
30	PASTA CLASSIFICADORA PASTA CLASSIFICADORA COM CARTAO DUPLO, GRAMPO TRILHO PLASTICO, COM LOMBO REGULAVEL; IDEAL PARA REGISTROS DE DOCUMENTOS; GRAMATURA: 480G/M²; DIMENSOES APROXIMADAS: 34X23X2CM; PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	150	DELLO	R$ 51,13	R$ 7.669,50
31	PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA, COR VERDE, COM HASTE PLASTICA, VISOR, ETIQUETA E GRAMPO PLASTICO, AS ABAS DEVEM SER COLADAS INTERNAMENTE, DIMENSOES MINIMAS: 361MM X 240MM	UNIDADE	200	DELLO	R$ 5,53	R$ 1.106,00
32	PERFURADOR DE PAPEL COM 2 FUROS, CAPACIDADE DE 20 FOLHAS, RESISTENTE, COM MARGEADOR, BASE ANTIDESLIZANTE	UNIDADE	50	JOCAR OFFICE	R$ 44,26	R$ 2.213,00
33	PRANCHETA, MATERIAL ACRILICO, FORMATO A4, COM BORDAS ARREDONDADAS, COM GRAMPO	UNIDADE	50	STALO	R$ 11,24	R$ 562,00
34	SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE (PORTA DUREX),SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE (PORTA DUREX), COM SISTEMA DE ROLDANA E SERRILHA DE ACO INOXIDAVEL, ESPECIAL PARA CORTE DE FITA POLIPROPILENO, TOTALMENTE LACRADO, EVITANDO O DESLOCAMENTO DO MATERIAL UTILIZADO COMO PESO. MEDIDAS: 210 MM X 100 MM X 85 MM. DIÃ?METRO DA RODANA: 75 MM	UNIDADE	40	3M	R$ 18,01	R$ 720,40
35	TINTA PARA CARIMBO TINTA A BASE DE AGUA, CORANTES, SOLVENTES E ADITIVOS; NAO TOXICO; CORES DIVERSAS. CONTEUDO: 40 ML; UNIDADE	UNIDADE	60	RADEX	R$ 4,26	R$ 255,60

VALOR TOTAL: R$ 181.980,00 (cento e oitenta e um mil, novecentos e oitenta reais)

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; o Edital da Licitação; a Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da presente contratação é até 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 181.980,00 (cento e oitenta e um mil, novecentos e oitenta reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
8.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
8.9. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis;
8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII).

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.3. Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos: a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada; b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas); c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;

b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

iv.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

iv.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da

obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

iv.3. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

iv.4. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

iv.5. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX).

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município exercício 2026, estando classificado na Lei municipal nº 395/2025, que estima as receitas e fixa as despesas orçamentárias para o ano de 2026, conforme dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária:	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Administração Geral Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Assistência Social
Fonte de Recursos:	500, 569, 602, 500
Programas de Trabalho:	04.122.0005.2040.0000 12.361.0032.2682.0000 10.301.0020.2160.0000 08.244.0016.2683.0000
Elementos de Despesa:	33.90.30 - Material de Consumo

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem

como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença-Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa do Sítio - PI, 09 de fevereiro de 2026.

JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304
Assinado de forma digital por JOSE SAVIO DE MOURA E SILVA:05850611304
Dados: 2026.02.09 11:18:56 -03'00'

José Sávio de Moura e Silva
Prefeito Municipal de Lagoa do Sítio – PI

EUGRES ALVES DE MOURA:01817940392
Assinado de forma digital por EUGRES ALVES DE MOURA:01817940392

Eugres Alves de Moura
Eugres Alves de Moura - EPP
CNPJ n.º 18.494.962/0001-00

TESTEMUNHAS (dispensadas em caso de assinatura eletrônica):

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: